

ATA Nº 21

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de **dois mil e dezassete**, pelas nove horas e quinze minutos, teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho**, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, com a **Ordem de Trabalhos que se segue**:

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	
II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”	
III – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”	
1º -	APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
2º -	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2016
3º -	1ª REVISÃO ORÇAMENTAL DE 2017

O **Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas**, após constatar a existência do necessário quórum deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar e desejando um trabalho profícuo em prol de Valença. _____

Pela Mesa foi verificada a **substituição** de alguns Membros deste órgão que, através de declaração escrita, fizeram chegar ao Secretariado de Apoio e à Mesa da Assembleia. Assim, usando da faculdade que lhes é permitida pelo artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pelo Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Membros Srs. Inês Rita da Silva Ferreira, Luís Manuel Gomes Amorim, Maria Benvinda de Oliveira Gonzalez e Manuel Rodrigues Pereira, foram **substituídos**, no exercício das suas funções pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da respetiva lista, respetivamente, pelos Membros Srs. Manuel Alberto Alves de Barros; Vitor Manuel Costa Oliveira, Maria do Carmo Costa Branco da Silva Duarte e António Lima Sousa. Mais foram verificadas as **faltas** dos Membros Srs. José Manuel Bastião Veríssimo, Jorge Moura Rodrigues, Ana Margarida Garcia Tomé e Manuel Nogueira Afonso, desde já consideradas justificadas pelo quórum existente. _

Verificadas as **substituições e as faltas**, a sessão contou com a presença dos seguintes Membros: _____

Alberto Luís Oliveira Vilas; Elisabete Frade Lopes Viana; Aurélia da Conceição Costa Correia; António Manuel Soares Pereira; Cristóvão Amorim Pereira; Paula Alexandra Melim dos Santos Natal; Sebastião António Silva Alves; Avelino António Oliveira Marinho; Ana Raquel Soares Sanches; Manuel Alberto Alves de Barros; Manuel Álvaro Guimarães Gomes; José António Lopes Nogueira; Óscar Gabriel Pereira da Silva; Mário Manuel Guimarães Cruz; Orlando Vasco da Cunha Oliveira; Vitor Manuel Costa Oliveira; Maria do Carmo Costa Branco da Silva Duarte; Cláudia Sofia da Costa Narciso Labrujó; Jorge Manuel Martins Gonçalves; José Miguel da Silva Abreu; Rui Miguel Araújo Ferreira; Manuel António Soares Brito; Francisco José Rodrigues Romeu; Fernando Aprício Gonçalves Fernandes; António Lima Sousa; José Augusto Alves Areias; Maria Fernanda Esteves Sousa Ferreira e José Manuel Montenegro Roda. _____

Para além dos membros da Assembleia Municipal, a sessão contou com a presença do **Sr. Presidente da Câmara Municipal, Jorge Manuel Salgueiro Mendes** e respetivos **Srs. Vereadores**. _____

Verificada a ausência do 1º Secretário da Mesa, Sr. José Manuel Bastião Veríssimo, o Presidente da Mesa solicitou ao Membro Sra. Paula Natal que coadjuvasse a mesa nos seus trabalhos, passando a assumir as funções de 1º Secretário o Membro Sra. Elisabete Viana e de 2º Secretário o Membro Sra. Paula Natal. _____

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal**, após ter dado início à sessão, informou que, em reunião da Comissão Permanente, foi deliberado apresentar à presente sessão uma proposta de Moção do 25 de abril e 1º de maio, pelo que se procedeu à distribuição da mesma pelos Membros presentes. _____

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Presidente da Assembleia Municipal**, seguindo a ordem de trabalhos, solicitou junto do público presente inscrições para o respetivo período, não se tendo registado qualquer inscrição. _____

II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

Dando início ao período de antes da ordem do dia, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Primeiro Secretário, Elisabete Frade Lopes Viana** que, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido, no período compreendido entre 03 de fevereiro último e 27 de abril corrente. Informou que toda a documentação se encontra à disposição dos Membros no dia da sessão e no secretariado de apoio, no Edifício dos Paços do Concelho. _____

Prosseguindo, referiu que da disponibilização dos projetos das **atas n.ºs 18, 19 e 20** surtiram pequenas correções que, concordando com as mesmas, foram vertidas nas mesmas, pelo que, estando em condições, de as colocar a discussão e votação, informou que seriam discutidas em conjunto e votadas por separado. _____

Não tendo existido qualquer intervenção, a Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no nº 2 do artigo 57º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no n.º 4 do citado artigo, deliberou, **por maioria**, aprovar a **ata nº 18**, referente à sessão ordinária realizada, no dia **30 de novembro de 2016**, num universo de **23 votantes**, obteve **21 (vinte e um) votos a favor e 2 (duas) abstenções** dos Membros Srs. Álvaro Gomes e Vitor Oliveira, por não terem estado presentes nessa mesma sessão. _____

Seguidamente, de acordo com as citadas disposições legais, deliberou, **por maioria**, aprovar as **atas nº 19 e 20**, referentes às sessões realizadas, no dia **06 e 24 de fevereiro de 2017**, as quais num universo de **23 votantes**, obtiveram **22 (vinte e dois) votos a favor e 1 (uma) abstenção** do Membro Sr. Vitor Oliveira, por não ter estado presente nessas mesmas

sessões. _____

Finalizada a votação das atas, prosseguiu-se para a leitura da **“Proposta de moção do 25 de abril e 1º de maio”**, tendo sido efetuada pelo Membro Elisabete Viana. _____

“PROPOSTA DE MOÇÃO 25 DE ABRIL 1º DE MAIO

As comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio são, em Portugal, um momento histórico que conjuga a ação popular e a determinação política na mudança do rumo e da organização do Estado com a vanguarda das justas reivindicações das massa trabalhadores, da consagração dos direitos e conquistas laborais que tardaram em impor a sua afirmação num Portugal pobre, preso às elites do regime, que sem pejo nem vergonha viviam à sombra de um regime que alimentava o medo, a exploração no trabalho e a limitação das liberdades individuais e coletivas. _____

Assim: _____

Considerando as datas comemorativas que se aproximam, o 25 de Abril e o 1º de Maio, a primeira na ação libertadora do povo português, a segunda na afirmação livre dos trabalhadores; _____

Considerando que os valores de Abril e do 1º de Maio permanecem bem fundo no ideário dos trabalhadores de do povo Português e que a constituição da república apesar de ter sido sujeita ao longo dos anos às mais diversas provas de desvirtuamento e descaracterização, continua a consagrar um conjunto de princípios enormes que constituem elementos bastantes para um Portugal de liberdade, democracia, progresso social e económico, desenvolvimento cultural e paz. _____

Considerando que a consagração do poder democrático foi uma das mais relevantes conquistas das revolução de abril. _____

A Assembleia Municipal de Valença reunida a 28 de abril de 2017 delibera: _____

1. Saudar os valores e conquistas da revolução de Abril e do 1º de Maio cujos elementos essenciais estão consagrados na CRP e são base para uma política que sirva Portugal os portugueses. _____
2. Apelar aos trabalhadores, aos eleitos autárquicos, ao movimento associativo e à população, para se associarem às comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de abril e na defesa dos interesses e direitos das populações. _____

Valença 28 de abril de 2017. Pela Comissão Permanente, (a)”. _____

Não tendo existido qualquer intervenção, passou-se de seguida à votação, tendo a **“Proposta de moção do 25 de abril e 1º de maio”** sido, num universo de **23 Membros**, aprovada **por unanimidade**. _____

A partir deste momento a sessão contou com a presença dos Membros Srs. José Nogueira, Maria do Carmo Duarte, José Roda e Manuel Brito. _____

INTERVENÇÕES E INTERPELAÇÕES

Passando às **interpeleções ao Presidente da Câmara Municipal**, registaram-se as inscrições dos seguintes Membros Srs. Cláudia Labrujó, Óscar Silva, Aurélia Correia, Francisco Romeu, Ana Sanches, Maria Ferreira. _____

- Do **Membro Sra. Cláudia Labrujó** para, após as habituais saudações, referir que a forma como Câmara Municipal formula os convites para os eventos que promove como institucionalmente incorreta e com ausência de ética profissional, tendo exemplificado o ocorrido com o evento da “Lampreia”, em que a mesma recebeu um “sms” a referir que contavam com a sua presença, indicando-a para um link, pelo que sugeriu que esta forma fosse revista. _____

Seguidamente, para referir que as celebrações do 25 de abril tem decorrido sob a forma de minuta ou então seu decurso na Cidade Vizinha, Espanha, o que, no seu entender seria de pautar pela diferença, considerando que se trata do dia mais importante para Portugal. Ainda em relação a este assunto questionar a razão pela qual se verifica uma valorização superior

em relação ao 1º de maio, dia do trabalhador do que propriamente ao dia da Liberdade de Portugal que é o 25 de abril, senão como se explica que tenha recebido um convite para o 1º de maio e não para o 25 de abril. Pelo acima exposto, considera que estes procedimentos deverão ser revistos com o Gabinete de Comunicação do Município de forma a existir um equilíbrio, em termos de convites formulados aos Membros deste órgão. _____

Por último, mencionou que continua sem compreender a atitude da Câmara Municipal perante as descargas de saneamento que continuam a verificar-se junto à Ponte internacional, apesar do seu constante alerta de há cerca de cinco anos a esta parte. Não bastando o descalabro ambiental também não se inibiram de comemorar o “Dia do Rio”, no qual estiveram crianças e professores de todo o concelho que inevitavelmente se aperceberam, questionando que justificação se poderia dar a uma criança sobre poluição do rio. _____

- Do **Membro Sr. Francisco Romeu** para, após as habituais saudações, referir tendo sido detetado algumas lacunas na sua freguesia no tocante a maquinaria, efetuou, em representação da Freguesia de Ganfei, uma proposta de colaboração à União de Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão para intercâmbio de equipamentos e recursos humanos disponíveis entre as duas freguesias. _____

Prosseguindo, mencionou que se verifica a falta de civismo nas zonas ajardinadas e de lazer, no tocante à falta de recolha dos dejetos dos animais de estimação, traduzindo-se em mal aspeto, falta de consideração para com quem procede à respetiva limpeza e, conseqüentemente danificação do mobiliário urbano. Sugeriu a elaboração de um regulamento que preveja a aplicação de coimas para estas situações. _____

Seguidamente, referiu que a reposição do asfalto devida pela colocação da fibra ótica, na sua freguesia, apesar de já estar repostado, demorou demasiado tempo. _____

Atendendo a que o Município está a proceder a nova demarcação da sinalização horizontal, nomeadamente nas passadeiras da sede do Concelho, o mesmo deveria repercutir-se nas restantes freguesias. _____

Por último, louvou a iniciativa “Entrada Triunfal de Jesus em Jerusalém” levada a cabo pelo Município durante a época pascal, pela afluência de participantes que a mesma acarretou e agradecer ao “Teatro de Barroelas” por ter participado. _____

- Do **Membro Sra. Maria Ferreira** para referenciar que o tradicional **Lanço da Cruz (o compasso pascal que atravessa o rio Minho)** em Cristelo – Covo foi escolhido para ser candidato a Património imaterial cultural. Uma iniciativa promovida pela CIM-Alto Minho com a participação da Câmara Municipal, com o objetivo da valorização cultural e da afirmação social das comunidades a partir do seu património, para o qual decorreu no dia 10 a primeira reunião, com a presença da junta de freguesia respetiva, dos párocos (atual e antigo), dos pescadores e de outros conhecedores desta expressão cultural. _____

No dia do Lanço da Cruz verificou-se que a adesão dos pescadores e da população ao desfile de embarcações para o habitual beijar da cruz em ambas margens do rio, ao som de bombos, foguetes e concertinas. No cruzamento das embarcações foi feita, como já é habitual, a troca das cruces. Das redes lançadas ao rio saíram 2 lampreias que à semelhança de anos

anteriores são oferecidas ao Pároco da respetiva freguesia. _____

Terminou com um agradecimento aos envolvidos, em especial à comunidade piscatória que devolveram ao evento o brilho de outros tempos. _____

- Do **Membro Sr. Óscar Silva** para, após as habituais saudações, questionar ao Sr. Presidente da Câmara a razão pela qual não conseguiu negociar ou persuadir a Sonae, uma localização alternativa para a implantação da superfície comercial que a empresa vai efetuar em frente ao Quartel da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, em Valença, tendo em conta que a localização tão próxima da fortaleza poderá ter impacto negativo na avaliação da candidatura do Ex Libris a Património Mundial da Unesco. _____

Alertou para a necessidade de proceder à resolução de mosaicos soltos nos passeios na Av^a. Miguel Dantas, nomeadamente na zona das Troias, para evitar que incidentes como aqueles que tem vindo a ocorrer no local, com alguma gravidade, voltem a suceder. _____

Prosseguindo, questionou se o piquete de águas dispõe do material e equipamento necessário para o restabelecimento normal das condutas de água, quando se verificam ruturas. A questão prende-se com a rutura ocorrida na semana passada, na estrada do Bouço, em Gandra, que originou um corte de água nas zonas dependentes do ramal por um período de cinco horas, afetando particulares e empresas, com o recurso sucessivo à Cidade do Porto para recolha de equipamento necessário à resolução da situação. No seu entender a falta de equipamento origina deslocações que causam desgaste e um obstáculo desnecessário aos funcionários retardando a eficácia na sua resposta e a rapidez, assim como, transtorno aos seus clientes, pelo que questionou o Sr. Presidente do seu conhecimento e o motivo do seu sucedimento. ____

Por último, mencionou que a valorização dos funcionários municipais depende exclusivamente do Município, o qual para além do fornecimento da farda com a identificação e a do Município, também tem que assegurar-lhes ferramentas e materiais indispensáveis ao normal desempenho da sua atividade. _____

- Do **Membro Sra. Aurélia Correia** que, após as habituais saudações, congratulou-se pela criação da Comissão Municipal de Proteção e Promoção e Pessoas Idosas a qual deverá atuar de uma forma mais próxima e eficaz junto dos mais idosos, num país com um índice de envelhecimento elevado, isolamento e maus tratos. _____

Os Membros Sras. Ana Sanches e Paula Natal prescindiram das suas intervenções, por considerarem que as mesmas seriam extemporâneas. _____

Finalizadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que lhe foram solicitados. _____

O Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões levantadas pelo Membro Sra. Cláudia Labrujó, designadamente, convites. Informou-a que existem dois tipos de convites de carácter formal ou informal, que se diferenciam pela necessidade de confirmação, pela linguagem utilizada, etc., pelo processamento informático de divulgação do evento e apelo. Os formais devem seguir o protocolo estabelecido. Para o evento “25 de Abril” foi

formulado um convite geral a toda a população. Se alguém recebeu convite formal, ele não recebeu, portanto é um bocado estranho. Foi um convite geral lançado a toda a gente para quem quisesse aparecer. No caso dos eventos dos “Sabores da Aldeia” e dos “Sabores da Lampreia” tinham convite formal para almoço, esses sim tem que se confirmar previamente. Portanto com um formalismo ligeiramente diferente. No caso do evento dos “Sabores da Lampreia” não sabe o motivo pelo qual não recebeu antecipadamente, assim como, também sabe se o mesmo era extensível a toda a gente, ou se era apenas para os líderes municipais ou só para os Presidentes de Junta. Depois houve um sms geral para toda a gente nos dois dias que antecederam o evento através de uma ferramenta informática que o Município possui e que permite evento a evento enviar um convite geral à população em função da base de dados existente. _____

Prosseguindo, voltou a esclarecer que as descargas de saneamento junto à Ponte Internacional ficarão sanadas com a intervenção da 4ª Fase da Fortaleza, não obstante quando ocorrem o serviço do Piquete de Águas procedem ao desentupimento na caixa de saneamento. O derrame é confinado a um espaço muito reduzido, quase irrelevante. Claro que se alguém for lá tirar uma fotografia vê que o saneamento está a derramar naquele local. Em relação à mencionada contaminação do rio, esclareceu-a que a ser verdade o Ministério do Ambiente já teria abordado o Município sobre tal questão. Basicamente o derrame é muito pouco, 4 ou 5 m², da Misericórdia, da Pousada mesmo na parte final da rua, claro que se aí vivessem 100 ou 200 habitantes o impacto seria gritante, mas felizmente não é. Logo que se deteta e só se deteta quando chega ao rio, o Piquete vai resolver o entupimento. _____

Seguidamente, congratulou-se pela colaboração entre as freguesias para intercâmbio de equipamentos e recursos humanos, assim como, pela rentabilização dos meios e equipamentos existentes. _____

Em relação à colocação de infraestruturas para a fibra ótica, informou que o Município efetuou diligências junto dos operadores Minhocom, Valicom e a DStelecom para avançar com os ramais da fibra. Tratando-se de intervenções sem fundos comunitários, devido ao facto de Valença não estar considerada como Município rural, repercutir-se-á num investimento para o Município de 120 mil euros, incluindo cobertura das zonas industriais. _____

No que concerne às passadeiras, informou que é norma do Município todos os anos, durante o mês de maio procederem a nova demarcação na área da sua competência. _____

Quanto à recolha dos dejetos dos animais de estimação quando circulam na via pública e à sua regulamentação, mencionou que se trata de falta de civismo e que já existe um regulamento de Higiene e Limpeza Pública. Já equacionaram algumas diligências para saneamento deste tipo de situação, no entanto verificaram que não seriam a solução ao problema, por ser uma questão de civismo. _____

No que concerne às recriações pascais nas freguesias de Valença, Cristelo – Covo e Gondomil, congratulou-se pela sua organização e resultado em termos de impacto de visitantes. Por outro lado, congratulou-se pela iniciação do processo de candidatura do compasso pascal de Cristelo Covo a Património Mundial da Humanidade, é um processo que deve ser diligenciado pela Confraria Fabriqueira, não obstante poder ser apoiado pela Câmara Municipal e pela CIM – Alto Minho. _____

Em relação ao alerta para a resolução dos mosaicos soltos nos passeios da Avenida Miguel Dantas, na zona de acesso ao “Restaurante Teresinha”, agradeceu justificando com o constante fluxo de trânsito ao espaço. O assunto irá ser solucionado. _____

Relativamente à rutura na estrada do Bouço, informou que existem intervenções específicas para as quais se torna necessário proceder à requisição de peças feitas à medida. Neste caso foi necessário um “T”, ou seja, que apesar de a autarquia estar munida do material necessário para o serviço, existem situações, como esta, que implica recurso a uma entidade externa para a fabricar à medida. Neste caso em concreto a peça foi fornecida com dimensões que não satisfaziam as necessidades, tornando-se necessário nova deslocação para solucionar a questão. Habitualmente e desde que não sejam necessárias peças específicas as situações de rutura são solucionado num período curto de tempo. _____

Em relação à implantação que a “Sonae” está a levar a efeito, junto “AHBVV”, informou que a autarquia procedeu ao licenciamento da operação urbanística, dado que a mesma cumpria os parâmetros exigidos no diploma legal para o efeito. Portanto, não existia qualquer tipo de impedimento. Atendendo à suscitação de dúvidas, sugeriu a análise do projeto para a posteriori puderem fazer análises críticas. Por último, em relação a este mesmo assunto, informou que a área de intervenção da “Sonae” será numa área restrita virada a sul para o Centro de Saúde, ficando a ala norte ajardinada, portanto o arranjo traduzir-se-á em beneficiação de toda a zona envolvente. _____

Por último, no que concerne à criação da Comissão Municipal de Proteção de Idosos informou que por proposta pelo Pelouro da Ação Social da autarquia, o Município decidiu concretizá-la.

Seguidamente o **Presidente da Assembleia** informou que as senhas de presenças às reuniões e sessões do órgão encontram-se, à presente data, regularizadas, pelo que em caso de existir alguma divergência, o comuniquem ao respetivo serviço. _____

III – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA”

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** informou que, de acordo com a deliberação da Comissão Permanente, os **2º e 3º** pontos abaixo identificados seriam discutidos em conjunto e votados por separados. _____

1º PONTO - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições ao ponto supra referido constante da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, tendo-se inscritos os Membros Srs. Cláudia Labrujó, Óscar Silva, Sebastião Alves, Ana Sanches, Paula Natal, Francisco Romeu. _____

- **Do Membro Sra. Cláudia Labrujó** para, na sequência da resposta obtida quanto aos convites formulados pelo Município, reforçar que é uma líder parlamentar da CDU pelo que se foram distribuídos pelos restantes também deveria ter recebido. _____

Quanto ao saneamento, questionou se quando há descargas se resolve porque é que não se resolve em tempo útil por forma evitar o seu surgimento. _____

Em relação à colocação do gás por todo o concelho verifica-se que a cobertura das valas não deverá ter sido executada devidamente, atendendo a que a passagem de veículos provoca trepidação nas habitações, pondo em risco de segurança as habitações e inclusivamente a conduta do gás. Situação para a qual deveriam ser acionados os serviços de fiscalização para verificação do cumprimento das condições contratuais da obra. _____

Seguidamente, no que respeita à apreciação da informação escrita, solicitou esclarecimentos quanto ao processo judicial nº 18. _____

- Do **Membro Sr. Francisco Romeu** para solicitar informação sobre o ponto de situação de algumas empreitadas e projetos. Quanto à requalificação viária do Largo Acácio Fernandes, Rua do Sr. Esquecidos, cruzamento com a Av. Dr. Tito Fontes/ Av. Dr. Anibal Rebordão, Pontão de Embarcações que na freguesia de Ganfei, pavimentação de caminho de ligação da Estrada do Faro ao Verdial e Azenhas. _____

- Do **Membro Sr. Óscar Silva** para referir que a Câmara Municipal anunciou que já tem uma Comissão Municipal de Protecção e Promoção de Pessoas Idosas para tornar mais eficazes e rápidas as respostas a esta faixa etária da população valenciana. Uma medida acertada mas que peca por tardia e que o deixa estupefacto. _____

Está estupefacto porque na sessão ordinária deste órgão de 27 de Fevereiro de 2015 (há 2 anos e 2 meses), a Deputada Municipal Ana Tomé apresentou uma proposta por eles efetuada em conjunto em nome do Grupo Municipal do PS intitulada precisamente “Criação de uma Comissão Municipal de Apoio ao Idoso”, que foi chumbada com 19 votos contra de todo o Grupo Municipal do PSD, incluindo os presidentes de junta a ele pertencentes, com exceção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fontoura, o Sr. Rui Ferreira. _____

Como argumento para o chumbo da proposta apresentada pelo PS, o PSD defendeu na altura que este assunto, a temática dos idosos, entenda-se, já era uma preocupação da Rede Social do Concelho de Valença e, após o meu pedido de esclarecimento sobre onde constava tal competência específica no regulamento da referida Rede Social, sustentou que na Rede Social do Município já se encontravam as entidades contidas na proposta, as quais resolviam os problemas com que o concelho se deparava nesta temática. _____

Afinal parece que não é bem assim, tanto que o executivo decidiu criar uma, segundo a nota publicada no site do Município, comissão inovadora. Seria inovadora se o PS não a tivesse proposto há 2 anos e 2 meses atrás! Nestes termos, é uma apropriação ou cópia levada a cabo pelo executivo municipal duma proposta do PS que o próprio PSD tinha chumbado neste órgão! E tendo em conta que quando o Grupo Municipal do PSD reúne para analisar as nossas propostas tem a companhia e aconselhamento do Sr. Presidente da CM, este chumbo foi do concertado entre executivo e grupo municipal do PSD. _____

E não é a primeira vez que propostas apresentadas pelo PS e chumbadas pelo PSD são aproveitadas pelo executivo municipal, mas nunca com o descaramento revelado neste caso concreto da criação Comissão Municipal de Apoio ao Idoso! Aqui levantam-se várias questões. Em primeiro lugar, o facto de mais uma vez uma proposta apresentada pelo Partido Socialista

ter sido chumbada, como se prova neste caso concreto, com um único propósito, a questão ideológica! O PSD reconhece a valia das propostas apresentadas pelo PS, tanto é assim que depois as concretiza, mas como é o PS que as apresenta decide chumbá-las! São chumbos pura e simplesmente ideológicos! _____

Daqui decorre mais outra questão importante, a consagração do estatuto da Oposição na Constituição da República Portuguesa, que nem de propósito foi uma das conquistas que por estes dias celebrámos por via do 25 de Abril! A valorização e o respeito por quem desempenha a sua intervenção política na Oposição nos órgãos do Poder Local estão colocados em cheque quando a Maioria chumba uma proposta por motivos estritamente ideológicos e o executivo a concretiza sem nunca antes ter feito um esforço nesse sentido! _____

E finalmente surge outra questão pertinente e que nos deve fazer refletir a todos os integrantes deste órgão: Qual é afinal a real importância da Assembleia Municipal, se uma proposta apresentada pela Oposição é chumbada pela Maioria ideologicamente e depois o Executivo, da mesma cor da Maioria neste órgão, se apropria da mesma e a concretiza, ficando o executivo com os louros dum excelente medida mas que foi fruto do esforço e dedicação dos deputados eleitos para a Oposição? Estamos aqui numa espécie de conselho consultivo onde vimos ouvir as loas ao executivo e onde o que a Oposição propõe se descarta ou desvaloriza, tendo depois o executivo municipal a ousadia de concretizar as propostas apresentadas pela Oposição como que se da sua autoria fossem? Este órgão é o órgão de debate político, por excelência, desde que se respeite e valorize o papel que a Oposição desempenha e a mais-valia, independentemente das ideologias, que as suas propostas signifiquem. _____

Nesse sentido, gostaria de solicitar, se possível, uma posição ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal sobre esta questão porque uma das suas competências é zelar pela dignificação, pela valorização e pela prestigiação deste órgão e dos membros que dele fazem parte, sejam da Maioria ou da Oposição, em nome da isenção com que devem ser conduzidos os trabalhos e o mandato da Assembleia Municipal! E o facto de ser chumbada neste órgão uma proposta do PS válida e de muita utilidade para a população idosa valenciana e depois vê-la ser aplicada pelo executivo municipal, apropriando-se do trabalho desenvolvido por deputados municipais, consubstancia um menosprezo e uma desvalorização da Oposição na Assembleia Municipal de Valença! _____

É lamentável e repudiável, enquanto co-autor desta proposta, assistir a esta situação. Eu, em particular, e o Grupo Municipal do Partido Socialista, no geral, do qual faço orgulhosamente parte, pautamos a nossa intervenção política neste órgão por uma oposição construtiva em que apontamos os erros desta gestão camarária e apresentamos propostas e alternativas que podem contribuir para o desenvolvimento de Valença e para a melhoria da qualidade de vida dos Valencianos, por isso gostaríamos de ver o nosso trabalho e empenho respeitados e valorizados como previsto no estatuto da Oposição! _____

Hoje, e em protesto com esta situação, decidi agir em conformidade e não apresentar nenhuma proposta no período previsto para o efeito, esperando que todos possamos refletir sobre a importância do papel que cada um desempenha neste digníssimo órgão! _____

Ainda assim, perguntou ao Sr. Presidente da CM, o que mudou, em 2 anos e 2 meses, para afinal ser necessária a criação de uma Comissão Municipal de Proteção e Promoção de

Pessoas Idosas; o que mudou para afinal ser necessária uma articulação, numa única comissão, de todas as entidades locais com competências diretas e indiretas nas ações dirigidas aos idosos (quando há 2 anos e 2 meses diziam que essas entidades estavam perfeitamente integradas na Rede Social do Concelho). _____

Finalizadas as interpelações, o **Presidente da Assembleia** começou por responder à questão suscitada pelo seu antecessor, referindo que a sessão decorre de forma democrática e aberta ao debate em que os membros do órgão apresentam as suas propostas, sujeitando-se ao respetivo resultado democrático das mesmas. Esclareceu, uma vez que foi colocada em causa a sua isenção, que enquanto Presidente da Assembleia Municipal não pode interferir nas decisões de outras entidades e organismo. Considera contudo que o seu antecessor deveria ter apresentado uma moção de congratulação pela existência da mencionada Comissão na medida em que foi posto em prática a criação de uma Comissão que também engloba alguns dos parâmetros com os quais o PS se identifica. _____

Por outro lado, pressupôs que não estaria a colocar em causa a sua equidistância, em relação aos assuntos que são tratados nesta Assembleia. _____

Por diversas vezes, ocorreram reclamações por parte dos membros do seu Partido em relação à permissão nos alargamentos dos tempos de intervenção por parte dos membros da oposição, não lhe dando fundamento por considerar que o assunto poderá ser de relevante interesse para a população e para os presentes. Apesar das reclamações, não tem interferido na sua ação enquanto Presidente da Assembleia e dirigente dos trabalhos das sessões e tem tido uma postura de compreensão nos tempos de intervenção e de moderação, ultrapassando, em regra geral, o tempo estipulado para a intervenção. Dificilmente corta a palavra a não ser que a situação assim o exija. Apesar de ter sido eleito por um partido mantém a sua imparcialidade no cargo que ocupa, pelo que considera que não o deveriam acusar de falta de isenção ou de os privar dos seus direitos. O Presidente da Assembleia não controla resultados de votações, apenas faz parte dela e participa nela. Aceita o resultado que é definido por cada um dos membros da assembleia. _____

Pelo Membro Sr. José Nogueira foi solicitado um pedido de esclarecimento ao Presidente da Assembleia Municipal. _____

- **Do Membro Sr. José Nogueira** para, após as habituais saudações, questionar o Sr. Presidente da Assembleia, quando referiu que o criticam se considera que está a gerir o órgão com a independência que é devida, quando tem o dever de os representar a todos. _____

O Presidente da Assembleia respondeu dizendo que representa a Assembleia de uma forma condigna, com educação e elevação, frisando que para além de Presidente da Assembleia, também é membro do órgão e, por conseguinte inserido num grupo político, com um sentido de voto à semelhança dos restantes e com corrente e linha de pensamento. Portanto julga que não o poderão acusar de falta de imparcialidade. _____

- **Do Membro Sra Aurélia Correia** para referir que a proposta apresentada pelo PS não foi

aprovada, porque a mesma já estava a ser tratada em sede do CLAS da Ação Social, aconselhando a consultar o documento que foi elaborado dessa mesma sessão. _____

– **Do Membro Sr. Sebastião Alves** para questionar o Sr. Presidente da Câmara em relação ao processo judicial nº 14 o que deu origem à cessação da utilização das frações “AC”, “AD”, “AG”, e “AF” do Edifício Bruxelas, na Avenida Dr.Tito Fontes. _____

- **Do Membro Sra. Ana Sanches**, para questionar do ponto de situação em relação a todos processos judiciais nº11 em que a autora é a Ovnitur e o nº 18 que é uma indemnização. ____

- **Do membro Sra. Paula Natal** para, após as habituais saudações, também questionar do ponto de situação do processo judicial nº 13 de uma herança ilíquida e indivisa aberta por óbito do Sr. José Luís Mota, em que a autora solicitou a nulidade do despacho do Sr. Presidente da Câmara que licenciou a construção de uma moradia no Lugar do Monte, S. Pedro da Torre. Entretanto constatou que a mesma pessoa possui um anexo de luxo constituído por R/C e 1º andar, T3, questionando se este caso se encontra licenciado. _____

Seguidamente, referiu que por questões profissionais acompanhou o desenvolvimento do Parque Empresarial de Valença, localizado em Gandra. Entretanto acompanha com orgulho o seu forte e estruturado crescimento, pelo que solicitou ao Sr. Presidente da Câmara uma breve explanação sobre novos investimentos e se iria existir mão de obra suficiente para os mesmos. Prossequindo, mencionou que ultimamente tem existido comentários sobre um multa relacionada com a Borgwarner, pelo que questionou o Sr. Presidente da Câmara do seu conhecimento. _____

Terminadas as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entendesse por convenientes. _____

- O **Presidente da Câmara Municipal** começou por esclarecer em relação aos processos judiciais, nomeadamente, no que concerne 11, 13, 14 e 18. O processo nº 11 trata-se de um diferendo nos serviços prestados nos circuitos especiais de transportes escolares pela Ovnitur, aguarda nova marcação de audiência prévia. Em relação ao processo nº 13 trata-se de uma ação administrativa especial contra a o Município pela Herança Ilíquida e Indivisa aberta por óbito de José Luís Mota, com o pedido de nulidade do despacho que licenciou a construção de uma moradia no Lugar de Monte S. Pedro da Torre a Vitor Baptista Gomes Chedas e pedido de demolição de obras já executadas. Aguarda marcação de audiência prévia. A moradia foi licenciada porque cumpria todos os requisitos. Referiu ainda que a queixosa possui um anexo que não está legalizado nem existe a possibilidade para tal, portanto sem moral para este processo. _____

Quanto ao processo nº 14, refere-se ao pedido de José Maria Gomes Vilar & Filhos, Lda de anulação do despacho que ordenou cessão da utilização das frações “AC”, “AD”, “AG” e “AF”, no edifício Bruxelas, na Av^a. Dr. Tito Fontes, aguarda marcação de audiência prévia. _____

No que concerne ao processo 18 refere-se a um pedido de Luís Francisco de Barros Pereira

para condenação do Município no pagamento de uma quantia correspondente a faturas de empreitadas realizadas pela “Gonçalves & Cahadinha, Lda”, há vários anos atrás, e juros de mora vincendos sobre os valores das faturas. Está em fase de articulados. Tem a ver com obras realizadas 2001 a 2003 por esta empresa à Câmara Municipal. Autor que vem recorrer aos créditos, no âmbito de processo de insolvência. _____

No que concerne à multa aplicada à empresa “Borgwarner”, refere-se a um processo entre esta e o proprietário da estrutura em que a empresa foi condenada em 8,3 milhões de euros pela finalização antecipada do contrato de arrendamento. _____

Em relação à reposição do piso nas ligações de gás, informou que para além de já se terem efetuado em alguns sítios a segunda reposição, as infraestruturas quer para o gás quer para a fibra ótica, tem o inconveniente de ser necessário efetuar travessias nos pisos, originando várias intervenções até que o piso fique novamente compactado. _____

Em relação ao largo Acácio Fernandes, informou a empresa Infraestruturas de Portugal e o Município articularam uma rotunda oval com o objetivo de controlar e moderar a velocidade automóvel, empreitada que será executada no âmbito da requalificação do Largo do Esquecidos. _____

Em relação ao pontão de embarcações informou que foi apresentada uma candidatura ao POCTEP para o pontão, passadiços e uma zona de lazer em Ganfei/Verdoejo. A par desta candidatura estão a decorrer outras relacionadas com o património natural e ambiental. Igualmente para S. Pedro da Torre existe uma pré aprovação, no âmbito de uma candidatura do PROMAR na DLSC Costeira, das aldeias piscatórias, para a colocação de alguns equipamentos e requalificação no âmbito da Pesca. _____

Em relação ao Parque Empresarial de Gandra, o executivo tomou decisões difíceis mas necessárias, como sendo a elaboração de um Plano de Urbanização da zona sul que lhes permitiu desbloquear o Plano de Pormenor da área empresarial, rentabilizando as áreas existentes no mesmo, desbloquear não só a tipologia da indústria como o objeto do lote. Portanto atualmente qualquer espaço na zona industrial é versátil. Mencionou ainda que Valença é hoje considerada uma das principais zonas para fixação de empresas, tendo efetuado uma breve explanação sobre aquelas que se encontram em funcionamento no concelho, TMP, a Trimar, a Antolim e Marsam e outras brevemente, informoldes e a Fernandes & Camara, esta para armazém de fornecimento à indústria do setor de metal. Surgirá, também, uma nova unidade em frente à unidade da Informoldes, de fabricação de perfis de alumínio por extorsão. Ao lado da Lirsa na parte sul vai surgir mais uma unidade de automatismos de origem espanhola. _____

Pelo acima mencionado, verifica-se que o setor empresarial tem tido dificuldades em recrutar mão-de-obra não só especializada como para a linha de produção, assim como, o setor imobiliário em disponibilizar espaços para arrendamento, dada a percentagem de ocupação pelos alunos da ESCE e novos empregos. _____

Em relação à Comissão de Proteção de Idosos, sugeriu ao membro Sr. Óscar Silva, após a sua intervenção de moralidade política, a verificação do conteúdo da ata no que respeita à deliberação da proposta apresentada. _____

Seguidamente foi solicitado um **pedido de esclarecimento** pelo Membro Sr. Álvaro Gomes. _
- **Membro Sr. Álvaro Gomes** para, após as habituais saudações, solicitar esclarecimentos ao Sr. Presidente no que concerne à multa que aplicada à Borgwarner, assim como, ao facto de ter mencionado que em campanha eleitoral diria o motivo pelo qual o proprietário ganhou o processo à Borgwarner. Questionou-o como é que iria utilizar esta expressão em seu favor, assim como, o que é que a oposição em campanha anterior disse que não estivessem estado em acordo apesar dessa vitória. Aquilo que foi referenciado foi no sentido de o Presidente da Câmara em exercício não se envolver. _____

Pelo **Presidente da Câmara** foi mencionado que na devida altura fariam as avaliações sobre a temática. _____

Finalizados os esclarecimentos, o **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura da **segunda ronda** de interpelações, tendo-se inscrito os Membros Srs. Cláudia Labrujó e Óscar Silva. _____

- **Membro Sra. Cláudia Labrujó** para dizer ao membro Sr. Óscar Silva que se deveria dar por feliz que uma proposta do Partido que representa apesar de não ter sido aprovada na Assembleia, foi aplicada por outra entidade, portanto um objetivo concretizado. O mesmo não poderá dizer no que concerne às propostas apresentadas por si, na qualidade de representante do seu Partido, que apesar de serem aprovadas neste órgão ainda não foram até hoje levadas a cabo, como sendo, o Parque de Caravanistas e Casa Mortuária para a freguesia de Valença. Relativamente à situação do Gás, mencionou que sempre que tem conhecimento da necessidade de resolução de situações comunica ao Município do facto, dos quais tem obtido sempre “feedback”. Alertando que a ocorrência verifica-se na rua dos esquecidos e na rua da casa do Benfica aos esquecidos. _____

- Do **Membro Sr. Óscar Silva** para, relativamente às lições de moral que o Sr. Presidente da Câmara o acusou, esclareceu então que o mesmo se poderia dizer do autarca quando por este foi referido que iria aguardar ansiosamente sobre aquilo que o PS iria dizer na próxima campanha eleitoral sobre a dívida da Borgwarner aos Italianos, por conseguinte também um tentativa de lição de moral e que o corrigisse se assim não tivesse sido. _____
Relativamente à Comissão Municipal de Proteção ao Idoso, aquilo que está em causa é a proposta apresentada e não um regulamento da mesma. As propostas poderão ser sujeitas a possíveis alterações. Portanto considera que o seu chumbo traduziu-se na desvalorização da mesma e da sua substância, assim como, na apropriação da mesma. _____
Respeita a opinião do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, contudo reiterou que, independentemente de pertencer a um grupo partidário, deveria zelar pela valorização e prestação deste órgão e do trabalho desenvolvido pelos seus membros e pela oposição. Lamentou verificar-se que uma proposta essencial para a população valenciana tenha sido chumbada porque foi o PS a apresentá-la e decorridos dois anos verificou-se a sua execução pelo executivo que na altura não reconheceu a mais valia da mesma. O Sr. Presidente da Assembleia perdeu a oportunidade de mostrar a sua isenção e defender e valorizar a

Assembleia Municipal e os seus trabalhos. Como tal o órgão perdeu valor ao sobrepor-se aos interesses partidários e à dignificação dos seus trabalhos. Em suma, a justificação apresentada para o chumbo da proposta não tem qualquer argumento na medida em que foi levada a cabo, agora, pelo executivo. _____

Relembrou que os órgãos executivo e deliberativo são dois órgãos independentes, sendo a Câmara Municipal representada pelo Sr. Presidente da Câmara e pelos seus Vereadores, portanto é do seu conhecimento as propostas apresentadas por isso não entende a possibilidade de apropriação de ideias, propostas e esforços de outros partidos, como sendo, os representados na Assembleia Municipal, pelos seus deputados municipais do PS. _____

Finalizados as intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** mencionou que não iria entrar em polémicas sobre a consideração que tem pela forma como dirige os trabalhos da assembleia e como a represente. Apesar de ter admitido que a sua ação possa não ser do agrado de todos, não lhe permitiu que reiterasse a afirmação de falta de isenção e de representação condigna neste órgão. Representar condignamente é aceitar os votos democráticos que ela própria expressa. _____

Tendo os restantes Membros **prescindiram** do seu tempo para intervir, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. _____

O **Presidente da Câmara Municipal** começou por referir que em relação ao Parque de Caravanistas existe um investidor privado com interesse na sua construção, pelo que deverá aguardar-se pelo seu desenrolar. O Município tem prevista uma intervenção no campo da feira, junto ao Centro Coordenador de Transportes para cargas e descargas das cassetes dos sanitários das caravanas. Em relação à Casa Mortuária voltou a reforçar que o Município apoia as iniciativas que vem dos seus párocos e das juntas de freguesias. Lamentou que a igreja não se disponibilize quando é necessário. Frisou que a Casa Mortuária não é para benefício dos políticos, mas sim de todos os valencianos da freguesia. _____

Prosseguindo agradeceu o alerta dado no que no que concerne à trepidação que os rasgos nos pisos causam pela colocação do gás, irão estar atentos e verificar o que passa. _____

Relativamente à rejeição da proposta de Comissão de Proteção ao Idoso formulada pelo PS em 2015, justificou-se pelo facto de já estar a ser implementada no Concelho uma Comissão com estatuto jurídico na qual envolvia diversas entidades do concelho. A Criação da Comissão foi publicitada recentemente devido à demora de cerca de dois anos na designação do elemento cooptado por parte da Segurança Social. Frisou que o executivo não se apropria nem nunca se apropriou de ideias alheias. _____

A questão da deslocalização da empresa Borgwarner foi invocada pelos elementos do Partido Socialista na campanha de há 4 anos que a Câmara e o Presidente desta não fizeram nada para que a empresa ficasse em Valença. Pois bem, esclareceu que a Câmara fez aquilo que estava ao seu alcance para que a mesma não se deslocalizasse, contudo tal facto prendia-se com interesses dos administradores portugueses que apresentaram à empresa que a melhor solução seria a sua deslocalização para Viana. Quanto a isto o Município não conseguiria convencer a desistir da ideia. O Proprietário da estrutura no parque só ganhou com o processo

da deslocalização, entre as rendas que arrecadou durante os anos que o espaço foi alugado e a decisão favorável do tribunal. Por último, referiu que seria um bom exemplo para a campanha eleitoral, sobretudo por aquilo que o PS referenciou na campanha de há 4 anos atrás. _____

Pelo **Membro Sra. Cláudia Labrujó** foi solicitado o pedido de esclarecimento que se segue. _

- **Do Membro Sra. Cláudia Labrujó** para esclarecer o Sr. Presidente de que foi a própria que alertou que a citada empresa iria sair de Valença. Gostaria de saber que medidas e argumentos utilizou o executivo para que a mesma não fosse deslocalizada e se esgotaram todas as hipóteses. Colocou em dúvida se os lucros que empresa obteve enquanto laborou em Valença, a compensariam da deslocalização que agora se traduziu num pagamento de uma multa. _____

O **Presidente da Câmara** esclareceu que o Tribunal decidiu aplicar uma coima à empresa “Borgwarner” de 8,3 milhões de euros por incumprimento contratual. Quando a empresa decidiu a sua deslocalização com certeza que ponderou os pós e os contras. _____

A Unidade Fabril tinha um problema técnico é que não tinha montado um sistema de combate a incêndios internos. Portanto a Borgwarner estava a exigir ao Senhorio garantias impostas por um dos seus fornecedores, ou seja, o Senhorio da infraestrutura deparava-se com uma obra de mais de um milhão de euros para a montagem de um sistema de vigilância e combate a incêndios exigido à “Borgwarner” por um dos seus grandes fornecedores para que, em caso de incêndio, não existisse rutura na produção. Tendo sido uma imposição do principal cliente dessa empresa, a Mercedes, e como o Senhorio não se mostrou disponível para a execução da mesma, o inquilino propôs-lhe a redução da renda da infraestrutura como contrapartida para a colocação do sistema que lhes era exigido. Na falta de consonância, e na falta de solo disponível com a dimensão necessária no parque empresarial, a empresa decidiu deslocalizar-se. Na altura, o Parque não dispunha de lotes da dimensão de 45 mil metros quadrados. ____

Pelo Membro **Sra. Cláudia Labrujó** foi solicitada o uso da palavra para colocar a questão que se segue. _____

Se para uma empresa laborar no concelho não precisaria de um alvará de utilização e segundo que pareceres é emitido. _____

O Presidente da Câmara esclareceu que os licenciamentos decorrem da lei que está em vigor. Os fornecedores de componentes automóveis exigem que esteja montado um sistema de vigilância e combate a incêndios, como garantia de que não irão existir prejuízos, nem rutura de stocks. _____

Finalizados os esclarecimentos, **a Assembleia Municipal** apreciou e tomou conhecimento da informação a que se refere a alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, com o resumo da situação financeira do Município no dia 31 de março de 2017. _____

Terminado este ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Assembleia sugeriu um **intervalo**, pelo que a sessão foi interrompida às 11h30 e retomada pelas 11h45m. _____

Reunido o necessário quórum foram retomados os trabalhos da sessão. Tendo de seguida, o Sr. Presidente da Assembleia mencionado que de acordo com a deliberação da Comissão permanente os pontos 2 e 3 seriam discutidos em conjunto e votados em separado. _____

PONTO 2º – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2016

PONTO 3º – ORÇAMENTO 2017 – 1ª REVISÃO

Pela Câmara Municipal foram apresentados o relatório de gestão e contas de 2016 e a 1ª revisão ao orçamento para 2017, por deliberação tomada em sua reunião do dia 20 de abril corrente. _____

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições aos 2º e 3º pontos do período da ordem do dia da agenda de trabalhos desta sessão, tendo-se inscritos os Membros Srs António Pereira, Cláudia Labrujó, Francisco Romeu e José Nogueira. _____

Foi dada a palavra ao **Membro Cláudia Labrujó** que neste primeiro momento entendeu **prescindir** da sua intervenção. _____

- **Do Membro Sr. Francisco Romeu** para, em primeiro lugar, sugerir uma reestruturação de verbas no próximo orçamento municipal no que concerne à parte da educação, pelo facto de a EB 1 de Ganfei, no âmbito do Projeto de 1º de Maio, ter ganho o 1º Prémio Nacional, tendo manifestado a sua satisfação por tal acontecimento. _____

Seguidamente e atendendo a que não têm nada a opor à aprovação das contas de 2016, mencionou que iriam votar favoravelmente. _____

- **Do Membro Sr. José Nogueira** para mencionar que o grupo ao qual pertence iria votar contra o Relatório de Gestão e Contas 2016 e que por uma questão de síntese socorreu-se da declaração de voto efetuada pelos Vereadores do PS aquando da discussão e votação do mencionado ponto em sede de reunião de Câmara, a qual, no essencial, retrata a posição dos seus membros com assento na Assembleia Municipal. _____

“A apreciação do Relatório de Gestão e Contas de 2016 confirma o prognóstico que expressamos na nossa declaração de voto sobre o “Orçamento Municipal para 2016”, vinca mesmo o lado mais negativo, em 2016 até as taxas de execução se apresentam modestas e deixam de ser bandeira, naturalmente preparando um saldo generoso para o ano eleitoral de 2017 mas acima de tudo demonstrando a fragilidade da governação do PSD, em Valença. ____
Como habitualmente, realizamos uma análise detalhada dos seus vários aspetos, e, o que expressamos nesta declaração de voto é uma apreciação política do desempenho do governo

municipal liderado pelo PSD. _____

Olhando para as contas, podemos afirmar com alguma certeza que as mesmas estão certas, contudo não é a aritmética que nos preocupa mas sim o governança e, aí, a conversa muda de figura com uma taxa de execução da receita de capital de apenas 36,99% e uma taxa de execução de despesa de capital de 54,08%, com um aumento do prazo médio de pagamento para 84 dias, isto é, em 2016, caíram todas as bandeiras da boa execução técnica, tão defendidas nos anos anteriores pelo Sr. Presidente. _____

Mas agrava ainda mais verificar que o saldo positivo do exercício de 2016 no valor de 1 946 843,60€ beneficia de proveitos e ganhos de 1,8M€ como consequência do acordo celebrado com as Águas do Norte e um aumento da receita na venda de bens e serviços (como sejam a água (+21000€), resíduos sólidos (+57000€)) e prestação de serviços e os impostos e Taxas que também aumentam 138 000€ e 182 000€ respetivamente, relativamente a 2015. Por sua vez o investimento teve uma diminuição de 3M€. _____

Prosseguindo ironicamente, mencionou que “pagam os mesmos e a Câmara é muito amiga do povo e cada vez recebe menos taxas”. _____

Em suma, os Deputados Municipais do Partido Socialista, porque não se revêm nesta prática política de austeridade e imobilismo, desprovida de visão para o território valenciano, fortemente orientada para o ciclo eleitoral, desprezando o bem-estar da população, votam contra o Relatório de Gestão e Contas de 2016. _____

Em relação à primeira revisão ao orçamento de 2017 como destina-se a dar tesouraria à Câmara Municipal para solver compromissos aproveitando saldo orçamental, assim como, a integração de saldos de resultados para ter liquidez no programa 2020. A comparação da ativação do 2020 com os demais Municípios da CIM por ora resulta confrangedora para Valença, mas nada que o executivo PSD não dê a volta até às próximas eleições municipais. Desta vez, preveniu-se a tempo deste instrumento informal. Votaram contra a primeira revisão orçamental 2017 com os mesmos fundamentos, motivos e razões pelos quais votamos contra o orçamento para 2017 já que as emendas nada aportam em concreto par as vidas dos valencianos. _____

- Do **Membro Sr. António Pereira** para fazer alusão aos dois pontos do período da ordem do dia agendados para esta reunião, ao Relatório de Gestão e Contas referentes ao ano de 2016 e ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2017 – 1ª Revisão. Iniciou pela prestação de contas, para dizer que não é a elaboração técnica dos documentos de prestação de contas que importa, mas sim o significado político dos resultados apresentados, conferindo, isso sim, se esses elementos concretizam a execução das previsões orçamentais e o cumprimento das políticas subjacentes a essas previsões. _____

A execução orçamental segue o caminho a que nos habituou. Para além de cumprir a regra do equilíbrio prevista no regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), a taxa de execução da receita de 2016 atingiu os 87% e supera em termos globais 2 % a do ano anterior. _____

Este aumento da receita é influenciado positivamente pelos impostos indiretos (loteamento e obras), verificando-se nos impostos diretos uma diminuição de 98 mil euros, para a qual

contribuiu com a quebra de 92mil euros o IMI, devido aos benefícios fiscais atribuídos às famílias, e com 112 mil euros a derrama, contra o aumento do IMTT em 105 mil euros que denota um aumento no investimento. _____

Este comportamento dos impostos diretos mostra que a linha de pensamento daqueles que outrora votaram contra porque o reequilíbrio das contas era feito à custa do aumento de impostos não estava correta. _____

Afinal os impostos baixaram ou mantêm-se nos níveis mínimos de tributação, num claro apoio às famílias, estimulando as empresas, e promovendo a fixação de famílias e empresas. _____

Ainda assim, e apesar da reestruturação tarifária do fornecimento de água que esta Câmara teve coragem de levar a efeito, o fornecimento de água e saneamento e recolha de resíduos sólidos ainda não está equilibrado, e as receitas não cobrem as despesas. _____

E se fatores externos circunstanciais prejudicaram alguns indicadores, como a descida parcelar da receita de capital em 21 % em relação a 2015, para 37%, obrigando-a a quebrar um ciclo de crescimento, devido à indefinição do nível de execução do novo quadro comunitário *Portugal 2020*, atrasando consequentemente realização de projetos em curso. Mesmo assim, a taxa de execução da receita corrente permitiu a superação da taxa de execução global e consentiu que o Município continue a trilhar o caminho da diminuição da dependência face à transferências de terceiros. As receitas próprias sobem de 38% para 43%. Relembre-se que em 2013 era de 34%. _____

No que toca à despesa, (19,1 milhões de euros) a taxa de execução orçamental situa-se nos 78%. A despesa paga decresce 5% em relação ao ano anterior (863 mil euros). Sendo que, a despesa de capital (investimento) recua 3,1 milhões de euros, porque em 2015 havia-se pago 3,3 milhões de euros do Centro de inovação e Logística. _____

Em termos gerais, a mensagem política refletida nas contas de 2016 é, sem dúvida, a consolidação inequívoca do Reequilíbrio Financeiro que esta Câmara teimou em alcançar. Longe vão os tempos em que o Município não tinha capacidade de endividamento para se financiar e que o prazo médio de pagamento a fornecedores chegava quase a 8 meses. Hoje, consegue manter o prazo médio de pagamentos abaixo dos 90 dias, pelo quarto ano consecutivo, e cumpre o limite de endividamento com folga, tendo em 2016 utilizado apenas 47% da capacidade de endividamento permitido, para além de manter a toada na redução da dívida, atingindo desde 2009 a 2016 a redução das dívidas a terceiros de curto-prazo em mais de 3,8 milhões de euros e o endividamento bancário em 880 mil euros. A dívida *Per Capita* que em 2009 rondava aproximadamente os 900€, situa-se hoje perto dos 550€, sendo que esta redução incidiu sobretudo nas dívidas de curto prazo, por forma a dotar o Município de folga na tesouraria e capacidade de financiamento. _____

Os indicadores de análise financeira confirmam os números e afirmações económicas/financeiras enunciadas e comprovam as correções estruturais realizadas, e o relatório dos auditores certifica e confirma essa informação assim como as demonstrações financeiras sobre as quais assenta. _____

Em suma, o Relatório de Gestão e Contas Referentes a 2016 materializa uma política assente no rigor da gestão, equidade fiscal, respeito pelas regras legais, racionalização de recursos, aposta na educação, na eficiência energética e no ambiente, na requalificação e melhoria da

rede viária e equipamentos, na regeneração urbana, na Fortaleza como ícone turístico, na atração e fixação de investimentos, na valorização e promoção dos produtos locais, no apoio às famílias e no bem-estar social, entre tantos outros projetos e ações em curso. _____

Acreditamos no caminho trilhado e na materialização de todos os projetos e anseios políticos patentes neste documento que com certeza trarão a Valença e à região o desenvolvimento merecido e que, creio eu, todos nós desejamos. _____

Quanto ao Orçamento e Grandes Opção do Plano 2017 – 1ª revisão, ela decorre sobretudo dos resultados das contas de 2016, designadamente da necessidade de incluir o saldo orçamental de 2016, e de reforçar a dotação de alguns projetos, com financiamento não definido, devidamente elencados na proposta de revisão apresentada pela Câmara, dos quais se destaca o cumprimento do contrato estabelecido com as Águas do Norte aprovado nesta Assembleia. _____

Assim, e considerando que esses projetos já constam do Plano Plurianual de Investimentos havendo apenas a necessidade de reforçar a sua dotação para permitir a assunção de compromissos assumidos, o PSD votará a favor da revisão proposta. _____

Finalizadas as intervenções, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para os esclarecimentos que se seguem. _____

Verificam-se duas visões antagónicas em relação às contas 2016 uma do PSD e a outra do PS. Os Membros tiveram em seu poder toda a documentação referente aos pontos em apreço e uma explanação clara de todos os recursos da Câmara. Não existem reservas dos auditores. Esta é a gerência das contas de 2016 do ponto de vista económico financeiro. Uma palavra de conforto aos serviços pela elaboração deste documento de forma autónoma, o Presidente confronta-se com ele tal como os senhores vereadores. Portanto, as ilações políticas cada Grupo Partidário faz as suas. _____

As contas de gerência de 2016 tem por base um orçamento aprovado neste mesmo órgão em novembro de 2015 que apenas são aprovadas em abril de 2017. No início do próximo quadro comunitário de apoio e com todo o trabalho desenvolvido pelo Município e pela CIM - Alto Minho, nomeadamente na Portugal 2020 e Norte 2020, PDCT, etc, foi incluída uma verba generosa de quase 50 milhões de euros para apoios, com execução financeira em 2016 quase nula, uma vez que as candidaturas só foram aprovadas no final do ano. Dessa verba, concedida para o Alto Minho, existe uma parte predefinida para este Município para a Regeneração Urbana, no que concerne a iluminação pública e para a Rede Escolar, nomeadamente, para a empreitada da EB 2,3/S de Valença, que apesar de estar prevista a sua iniciação em 2016, apenas se iniciará em 2017, por falta de disponibilidade financeira do Governo. Portanto não existia possibilidade de se avançar com as obras e como qualquer investimento deste género para obter o “VISTO” prévio do Tribunal de Contas necessita do contrato de financiamento assinado pela CCRDN, tal ainda não ocorreu. _____

Em relação à regeneração urbana e à iluminação pública, apesar de possuírem 500 mil euros aprovados ainda não foram rececionados, nem tem conhecimento de quando será possível usufruir dessa mesma verba. _____

Em 2016, na execução do Portugal 2020 foi uma derrapagem gritante, tendo procedido à

leitura de um relatório de trabalho da Associação de Municípios: _____

“A evolução positiva não deve ser confundida com a execução que é medida pela validação e pelos pagamentos. O nível de execução global do PT 2020, 11% não dispensa a leitura ao nível de cada fundo que se situa apenas em 6% no FEDER e 2% no FC. A execução dos POS Regionais do Continente e do POSEUR, onde houve algumas verbas nomeadamente de saneamento, nos quais se concentra a maioria das tipologias das iniciativas dos Municípios varia entre 1 e 3%. Nestes programas os pagamentos aos beneficiários foram apenas de 385 milhões de euros que foram sobretudo para as áreas metropolitanas”. _____

A falta de oportunidade em avançar com obras que estavam programadas com projetos aprovadas e candidaturas realizadas, durante o ano 2016, por questões alheias ao Município, preocupa-os por poder originar atritos orçamentais. Com o trabalho que têm vindo a desenvolver em termos de produção de receitas próprias, estão menos dependentes de terceiros, como sendo, do Orçamento de Estado, por conseguinte menos dívida mais folga orçamental para a execução de investimentos. Apesar de tudo o Município teve uma execução de despesa de capital de 54%, comparativamente à execução da receita de 24%, traduzindo-se em cerca de 30% de investimento, com fundos próprios. _____

Prosseguindo mencionou que se Rede Escolar e regeneração urbana e do património cultural cujos avisos de candidaturas a financiamento ocorreram em agosto de 2016 obtiveram aprovação na última semana, dando a oportunidade apenas agora ao Município de avançar com as empreitadas para “Visto” do Tribunal de Contas. Só para a obra da Escola Secundária são 500.000 euros, bem como, para a 4ª Fase da Fortaleza, nomeadamente, a componente das galerias técnicas não são financiadas, terão que ser executadas com fundos próprios, cerca de 800 mil euros. Referiu ainda, em relação a este assunto, que existindo necessidade de financiamento para execução das obras o Município possui capacidade de endividamento para recorrer a crédito. _____

Estamos a meio do quadro comunitário e a execução é muito baixa, portanto estão a pensar em fazer uma reprogramação de verbas. _____

As contas de 2016 com o saldo que apresenta, que apesar de todas as contingências acima mencionadas, é animador, não obstante terem a noção de que deverão ser cautelosos e meticolosos nas despesas e que deverão avançar com os investimentos paulatinamente. Esta é a garantia que possuem das contas e a verdadeira realidade patrimonial, económico financeira do Município. _____

Finalizados os esclarecimentos, o Presidente da Assembleia, procedeu à abertura da **segunda ronda**, tendo todos prescindido à exceção José Nogueira. _____

Pelo Membro **Sra. Cláudia Labrujó** foi solicitado o esclarecimento que se segue. _____

Para referir, na sequência da menção do Sr. Presidente da Câmara de que faltava receber uma verba de 2016 do Estado para as escolas, que se não se tivessem guardado para o ano 2017, ano de eleições, a verba já estaria transferida. _____

Mencionou ainda que a rubrica de que a Assembleia Municipal dispõe no orçamento deve ser

a mais baixa do Município, porque em 4 anos a Comissão Revisão de Regimento reuniu duas vezes por cerca de cinco ou seis horas e da qual ainda não surgiu um novo regimento. Consequentemente durante 4 anos a resposta que lhe foi dada ultimamente é que as comissões não têm reunido, portanto questionou o motivo da sua existência e se o Município esteve parado. Por outro lado, verifica-se que a Assembleia não tem essa preocupação, porque aquilo que fez no início deste ponto foi prescindir da sua intervenção, sendo que existia a possibilidade, no novo regimento, de cedência desse tempo a outro orador. Como tal não o pode fazer porque se mantém ainda o mesmo regimento. _____

Por último, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o motivo de não terem sido executadas as obras mais cedo e o motivo de não ter sido aumentada a rubrica da Assembleia, para o efeito acima mencionado. _____

- Do **Membro Sr. José Nogueira** para, retomar as palavras da Dra Cláudia que merecem atenção. Entre votaram 3 atas numa única sessão, esqueceram-se de lhes enviar documentação, questionaram a legalidade de alguns pontos, interromperam a sessão e continuaram na seguinte, não receberam a documentação que era habito noutros tempos, não verem nenhuma comissões reunidas, legalmente constituídas e expostas, a falta de reuniões da Comissão Multidisciplinar Integradora e poupamos dinheiro, também não têm regimento. São a única Assembleia deste país e arredores que não possuem regimento aprovado. Tinham todos um projeto no qual estavam todos de acordo, mas decorridos 4 anos ainda não foi elaborado, mesmo com tudo definido, a resposta é sempre a mesma não houve tempo. Da mesma forma que também não se compreende que a Câmara Municipal tenha receita e não execute obra. Também procedeu a uma reestruturação da dívida a longo prazo, ou seja, passamos as dívidas de curto prazo para médio e longo prazo, mas continuamos a não ter dívida e podemos recorrer a crédito sem qualquer problema. Pelo discurso do Sr. Presidente da Câmara entende-se que a autarquia goza de boa capacidade financeira, não obstante o próprio entender que, se assim for, então como justifica que não se faça obra. _____

Quando o Sr. Presidente da Câmara mencionou que o documento de prestação de contas é um instrumento que de alguns anos a esta parte, possui uma explanação que permite uma análise clara, dá a sensação que noutra hora não conseguiam fazer uma leitura dos documentos desta matéria e que eram todos opacos. _____

Este documento está tão bem feito que já não merece reservas do auditor. Quem contratou pela primeira vez o auditor foi o executivo liderado pelo PS, questionando se alguma vez esta suspendeu ou terminou o contrato com o auditor, por este indicar reservas aos documentos e que reservas tão importantes eram essas que não foram sancionadas por ninguém, tendo obtido a sua resolução no decorrer do tempo e nenhuma era digna de ir abalar a credibilidade das contas municipais. Não obstante o Sr. Presidente da Câmara não se inibiu de pronunciar que “não escondem nada para ninguém”, ou seja, não se inibiu de fazer juízos de valor sobre o trabalho das outras pessoas que lhe deixaram uma câmara perfeitamente sustentável, com mais de cinco milhões e quinhentos mil euros para receber de fundos comunitários, coisa que o Sr. Presidente da Câmara ainda não foi buscar nos seus mandatos. Quando passa no Centro de Saúde de Valença ficou maravilhado com as obras da última fase das muralhas e depois

considerou-se insultado na menção do documento em apreço - projeto – ação. No seu entender este projetos ações é uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma. _____

Depois com o brilhantismo de sempre é evidente que a sua política fosse a do executivo não estariam em campos distintos e a grande diferença entre ambos situa-se em que o seu partido privilegia Valença e os Valencianos. _____

Verifica-se que Valença se encontra sempre à espera que abram candidaturas a fundos e prova disso foi o discurso de hoje do Sr. Presidente da Câmara, que ao mesmo tempo se gloria de possuir um milhão de euros que, no seu entender, provem de verbas de candidaturas aprovadas na era do executivo do PS, criticando o facto de apenas possuir tal valor, quando existiam verbas muito superiores para receber. _____

Prosseguindo, a Câmara orgulhava-se de que pagava a 90 dias, contudo verifica-se que os prazos estão a dilatar-se, o que lhe causou alguma estranheza, quando o discurso do Sr. Presidente da Câmara é de boa saúde financeira, estas contradições insultam a sua inteligência. _____

Ainda bem que pertencemos à CIM – Alto Minho, porque se assim não fosse Valença seria o caos. _____

A reestruturação da dívida significa que a mesma passa de curto a médio e longo prazo. Quando o Dr. António Pereira faz apreciações e as enumera, relembra-o de terem aniquilado as galerias técnicas, não pensaram no futuro. _____

Depois em relação à alocação, no que com cerne às candidaturas, referir que apesar de reconhecer as boas intenções, conseguir a aprovação de candidaturas é necessário trabalhar nesse sentido e não estarmos dependentes delas. _____

- Do **Membro Sr. António Pereira**, parece-lhe que alguns membros não ouviram a explicação que o Sr. Presidente da Câmara deu. No seu entender foi bem clara e fundamentada, precisamente os pontos em que o PS se apoiou para chumbar e votar contra e foi precisamente esta a explicação entre a execução da receita de capital e a execução da despesa Também pelo próprio foi explicada que a capacidade de financiamento seria benéfico para cumprimento das obras. _____

No que concerne a privilegiar Valença e os Valencianos parece-lhe que em matéria fiscal, nunca verificou o mesmo em nenhum outro executivo, com os mecanismos de que dispõe, tivesse existido tanta equidade fiscal para as famílias, como sendo, com o IMI familiar, redução da taxa de IRS, nas isenções de IMI para as requalificações de prédios urbanos no interior da fortaleza que se destinem a habitação, a redução da carga fiscal para as empresas com menores lucros tributáveis. _____

Tudo quanto referiu está elencado no relatório de gestão, portanto não compreendeu o motivo pelo qual não se aceita a realidade que acabou de mencionar em termos de matéria fiscal. Por último, mencionou que apenas procede a análise e comparação do documento do relatório com o orçamento e as políticas que lhe estão subjacentes. Frisou que a sua análise não é uma análise política, mas sim de um instrumento que está claro e da forma como o Presidente da Câmara a explanou, foi perfeitamente claro para qualquer um dos presentes. Até poderia

apelar a todos os presentes para votarem favoravelmente, porque na sua opinião a resposta do Presidente da Câmara é cabal, sem margem para dúvidas. Independentemente do Partido a que pertencesse, depois de ouvir a explicação que foi dada nunca votaria contra o Relatório de Contas, poderia votar contra o orçamento e as suas políticas. As explicações e o fundamento que o PS colocou na sua declaração de voto são insustentáveis. _____

Finalizadas as intervenções, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para os respetivos esclarecimentos. _____

O Sr. Presidente da Câmara referiu que o Membro Sr. José Nogueira teceu algumas considerações genéricas aos revisores oficiais de contas, à transparência e verbas de outros tempos. Em relação aos revisores oficiais de contas, as reservas que existiram durante muitos anos no Relatório de Contas foram resolvidos pelo atual executivo, que em devido tempo teve a coragem de fazer aquilo que era necessário. Atualmente as contas não possuem reservas, porque efetivamente não existem, tendo assumido riscos para a resolução de algumas operações, com o aval dos auditores e da DGAL. O Revisor faz visitas mensais ao Município para auditoria às contas. Defendeu que a Câmara Municipal deveria ter um auditor interno, com funcionamento independente do poder político. Depois teceu algumas considerações sobre projetos, a Câmara de Valença foi a que apresentou mais projetos, desde os relacionados com o ambiente, designadamente da Veiga da Mira até Verdoejo, a 4ª Fase da Fortaleza com candidatura a aguardar aprovação. Como é evidente só assinarão o contrato de empreitadas quando existir garantia de financiamento quer seja através de fundos comunitários quer tenha que recorrer a empréstimo bancário. Possuindo Município capacidade de endividamento não tem qualquer problema para executar os projetos supra referidos. Em relação à Escola o projeto já foi executado em 2015/2016 e com candidatura desde agosto de 2016, ainda não avançou porque durante o mês de agosto em que foram apresentadas as candidaturas a DGEST esteve encerrada, quando o prazo para entrega das candidaturas era a 31 de agosto, logo não foram apreciadas quaisquer candidaturas, tendo levado o Governo, devido a este contratempo, a informar os candidatos de que poderiam mencionar na respetiva plataforma que já tinham pedido o parecer, porque se assim não fosse ninguém teria acesso às candidaturas por causa imputada a outra entidade que não ao Município. Anteriormente as candidaturas só avançavam com todos pareceres inerentes à mesma, atualmente, fruto de tais contratempos com a DGEST e o ICNF e devido ao alerta dado pelas Câmaras para este acontecimento e para aquilo que poderia advir do mesmo, o Governo decidiu que bastava ter o pedido de parecer, ficando condicionadas ao parecer final. Foi a primeira vez, em oito anos, que isto aconteceu. Possuem imensas candidaturas com projetos, informando que neste momento já tem a verba de 500 mil euros para a requalificação da Avª. De Cristelo – Covo, no âmbito da mobilidade - PAMUS. Projetos elaborados não faltam ao Município desde que as candidaturas abram para se poderem candidatar aos fundos. _____

Em termos de carga fiscal, o Município tem vindo a praticar as taxas mais baixas possíveis que comparativamente com outros Municípios pode ser considerado aquele que mantém os impostos nos níveis mínimos de tributação, portanto sempre com a intuição de apoiar as famílias, estimular as empresas e promover a sua fixação. _____

Em relação à Rede Viária, como já o tinha referido em sessões anteriores, serão realizadas intervenções com fundos próprios ou empréstimos dado não existirem, nem no atual quadro comunitário de apoio nem no próximo, candidaturas para o efeito. _____

Ainda em relação a projetos sujeitos a candidaturas, referiu que empreitadas de impacto financeiro serão iniciadas quando existir contrato de financiamento para o efeito. _____

Terminada a discussão dos pontos 2º e 3º procedeu-se de imediato à votação, pela ordem indicada. _____

O **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou o ponto à votação, tendo a Assembleia Municipal, num universo de **27 (vinte e sete)** com **20 (vinte)** a favor e **com 7(sete)** votos **contra** dos Membros Srs. Álvaro Gomes, José Nogueira, Óscar Silva, Vitor Oliveira, Mário Cruz, Orlando Oliveira com declaração de voto acima transcrita e, ainda do Membro Sra Cláudia Labrujó, **apreciou, por maioria, o Relatório de Gestão e Contas referentes ao ano 2016**, nos termos e para os efeitos previstos na alínea i) do nº 1 do artº 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. _____

Mais foi deliberado, agora por unanimidade, não transcrever na ata os aludidos documentos, pelo que, rubricados pelos Membros da Mesa da Assembleia Municipal, ficam arquivados na pasta anexa a este livro de atas, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei número 45.362 de 21 novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número 334/82 de 19 de agosto. _____

Seguidamente, passou-se à votação do **Ponto 3º - 1ª revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2017**, tendo a Assembleia Municipal, num universo de **27 (vinte e sete)** membros, deliberou, **por maioria, aprovar a 1ª revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2017**, tendo obtido **20 (vinte)** votos a favor, **6 (seis)** votos **contra** dos Membros Srs. Álvaro Gomes, José Nogueira, Óscar Silva, Vitor Oliveira, Mário Cruz, Orlando Oliveira e **1 (uma)** abstenção do Membro Sra Cláudia Labrujó. _____

Com esta contextualização e terminados os trabalhos da presente sessão o **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao Primeiro Secretário a leitura da **ata em minuta** relativa à ordem de trabalhos da presente sessão que, finda a mesma foi colocada à votação, tendo sido num universo de 27 (vinte e sete) **Membros** aprovada **por unanimidade**. _____

Finalizados os trabalhos, o **Presidente da Assembleia Municipal**, comunicou que os trabalhos estavam encerrados quando eram 12h50m e agradeceu mais uma vez a colaboração que todos os Membros tiveram com a Mesa na realização da presente sessão. ____

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente ata composta por vinte e quatro páginas, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal** e pelo Assistente Técnico que a redigiu. _____

Apoio à Assembleia Municipal O Assistente Técnico,	Assembleia Municipal de Valença O Presidente,
_____	_____
Elisabete Guerreiro Dias Esteves	Alberto Luís de Oliveira Vilas

